





\* Continuação

janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. j) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. k) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. l) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais usos de Estimativas e Julgamentos: A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir. • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego. • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas civis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Contabilização dos Contratos de Concessão:** Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de aquisições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O Cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICP001 (Interpretado do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contrato de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 9,50% ao ano (9,31% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês), calculo por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa - Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos.....	1.842	1.311
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a) .....	23.501	58.686
Operações compromissadas (b) .....	3.201	2.501
Aplicações automáticas (c) .....	1.577	2.990
	<u>30.121</u>	<u>65.488</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer tempo, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 100% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa 81,3% do CDI em 31 de dezembro de 2022, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizado antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF (a Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

#### 6. Aplicações Financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados .....	1.208	4.130
	<u>1.208</u>	<u>4.130</u>

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerados à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado a taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Imediata. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se às aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

#### 7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Vinculados: As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento .....	27.132	47.863
	<u>27.132</u>	<u>47.863</u>

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa de 98,2% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99% em 31 de dezembro de 2021) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. Clientes - Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a).....	23.748	20.984
Receitas acessórias (b).....	946	416
Outras contas a receber .....	1.067	489
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c) .....	(278)	(203)
	<u>25.483</u>	<u>21.686</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer .....	25.238	21.653
Vencidos:		
Até 30 dias .....	369	24
De 31 a 90 dias .....	6	55
De 90 a 120 dias .....	3	5
Acima de 120 dias .....	145	152
	<u>25.761</u>	<u>21.889</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	(203)	(136)
Valores recuperados .....	189	260
Valores baixados .....	47	-
Constituição de PECLD .....	(311)	(327)
Saldo no fim do exercício .....	<u>(278)</u>	<u>(203)</u>

#### 9. Depósitos Judiciais - A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2022	31/12/2021
Natureza		
Cível .....	1.308	325
Tributário .....	392	368
Trabalhista .....	1.475	1.614
Desapropriações .....	25.568	23.754
Órgão Regulador (*) .....	4.407	-
	<u>33.150</u>	<u>26.061</u>

(\*) Trata-se de depósitos em garantia, realizados em ações anulatórias movidas em face da Artesp e que discutem a aplicabilidade de multa administrativa em decorrência de possível descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de concessão. A Concessionária entende que as multas não são

devidas, e para possibilitar a discussão da matéria e obter a suspensão da exigibilidade do pagamento até o final do processo, foram apresentados depósitos judiciais em garantia. Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20 Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	26.668	18
Adições.....	5.255	18
Atualização monetária .....	(226)	(649)
	<u>2.066</u>	<u>24</u>
Saldo no fim do exercício .....	<u>33.150</u>	<u>26.061</u>

10. Imobilizado - Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - % .....	20,0	10,0	10,0	25,0
Taxa média ponderada de depreciação - % .....	4,7	8,4	5,4	14,3
	<u>Custo</u>			
Saldos em 31/12/2021.....	67.166	5.296	2.137	982
Adições.....	3.623	1.163	147	-
Baixas .....	-	(40)	(2)	-
Saldos em 31/12/2022.....	70.789	6.419	2.282	982
	<u>Depreciação</u>			
Saldos em 31/12/2021.....	(56.295)	(1.969)	(1.547)	(507)
Adições.....	(3.242)	(493)	(120)	(3.995)
Baixas .....	-	40	2	-
Saldos em 31/12/2022.....	(59.537)	(2.422)	(1.665)	(647)
	<u>Residual</u>			
Em 31/12/2022 .....	11.252	3.997	617	335
Em 31/12/2021 .....	10.871	3.327	590	475
	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Taxa anual de depreciação - % .....	20,0	10,0	10,0	25,0
Taxa média ponderada de depreciação - % .....	4,1	8,6	5,9	12,0
	<u>Custo</u>			
Saldos em 31/12/2020.....	60.490	3.659	1.951	429
Adições.....	7.177	1.637	226	553
Baixas .....	(41)	-	(40)	-
Saldos em 31/12/2021.....	67.166	5.296	2.137	982
	<u>Depreciação</u>			
Saldos em 31/12/2020.....	(53.748)	(1.583)	(1.468)	(422)
Adições.....	(2.588)	(386)	(119)	(3.121)
Baixas .....	41	-	40	-
Saldos em 31/12/2021.....	(56.295)	(1.969)	(1.547)	(507)
	<u>Residual</u>			
Em 31/12/2021.....	10.871	3.327	590	475
Em 31/12/2020 .....	6.742	2.076	483	7

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

11. Intangível - Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contrato de concessão (i)	Intangível em andamento (ii)	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % .....	-	-	20,0	-
Taxa média ponderada de amortização - % .....	(ii)	-	13,2	-
	<u>Custo</u>			
Saldos em 31/12/2020.....	1.782.313	31.293	4.993	5.905
Adições.....	18.552	75.018	4.932	4.357
Baixas .....	(1.637)	(823)	-	-
Transferências .....	9.649	(9.649)	-	-
Saldos em 31/12/2021.....	1.808.877	95.839	9.925	10.262
	<u>Amortização</u>			
Saldos em 31/12/2020.....	(349.727)	-	(2.760)	(3.390)
Adições.....	(36.987)	-	(987)	(2.938)
Saldos em 31/12/2021.....	(386.714)	-	(3.747)	(3.628)
	<u>Residual</u>			
Em 31/12/2022 .....	1.422.163	95.839	6.178	3.934
Em 31/12/2021 .....	1.432.586	31.293	2.233	2.515
	<u>Contrato de concessão (i)</u>	<u>Intangível em andamento (ii)</u>	<u>Direito de uso CPC 06 (R2)</u>	<u>Total</u>
Taxa anual de amortização - % .....	-	-	11,0	-
Taxa média ponderada de amortização - % .....	(ii)	-	11,0	-
	<u>Custo</u>			
Saldos em 31/12/2020.....	1.724.559	18.814	3.223	2.616
Adições.....	55.459	20.740	1.770	3.289
Baixas .....	(339)	(5.627)	-	-
Transferências .....	2.634	(2.634)	-	-
Saldos em 31/12/2021.....	1.782.313	31.293	4.993	5.905
	<u>Amortização</u>			
Saldos em 31/12/2020.....	(307.093)	-	(2.307)	(1.782)
Adições.....	(42.634)	-	(453)	(1.608)
Saldos em 31/12/2021.....	(349.727)	-	(2.760)	(3.390)
	<u>Residual</u>			
Em 31/12/2021.....	1.432.586	31.293	2.233	2.515
Em 31/12/2020 .....	1.417.466	18.814	916	834

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como reabilitação de pavimento e sinalização da Rodovia Carvalho Pinto. (ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 2,06% a.a. (2,43% a.a. em 31 de dezembro de 2021). (iii) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como recuperação e consultoria de apoio de ampliação e conservação às obras especiais e recuperação de passivos ambientais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados R\$5.035 referentes a encargos financeiros (R\$1.961 em 31 de dezembro de 2021) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures. A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção; as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou Free Cash Flow to Firm), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Método de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (Weighted Average Cost of Capital) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,45% a.a. (14,79% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados à avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de impairment a ser constituído no resultado do exercício.

#### 12. Imposto de Renda e Contribuição Social - Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passíveis são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

Refer-se a obras e serviços em andamento rodoviários, tais como recuperação e consultoria de infraestrutura, obras de recuperação de infraestrutura, obras de recuperação de infraestrutura, obras de ampliação e conservação às obras especiais e recuperação de passivos ambientais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados R\$5.035 referentes a encargos financeiros (R\$1.961 em 31 de dezembro de 2021) de financiamentos vinculados a intangível e em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures. A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$7.715 no passivo não circulante (R\$4.653 em 31 de dezembro de 2021 no passivo não circulante) e registrou R\$3.062 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2022	31/12/2021
2022.....	-	2.632
2023.....	1.964	2.632
2024.....	1.964	2.256
2025.....	1.729	2.256
2026.....	1.730	2.256
2027.....	1.730	2.256
Posterior a 2027 (*) .....	(16.832)	(18.941)
	<u>(7.115)</u>	<u>(4.653)</u>

(\*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados ao ICP01 (R1) Contratos de Concessão, ajuste do RTT (Regime Tributário de Transição) e juros capitalizados serão amortizados pelo prazo de cada concessão. b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto em vigor no ano em que o ativo ou o passivo for liquidado. Os impostos diferidos ativos (se o imposto tributário) que foram promulgados até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e se recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros componentes do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos como ativos ou passivos quando a recuperação do imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:







Aos Administradores e Acionistas  
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 22)</b> A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
<b>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)</b> Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.518.002 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração, que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está concluída com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos

os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

